

EDNA MARIA DE OLIVEIRA HONÓRIO
DÉSIRÉE GONÇALVES RAGGI

**GUIA DE ORIENTAÇÕES
PARA O ATENDIMENTO
DE CRIANÇAS COM
DEFICIÊNCIA**

FACULDADE VALE DO CRICARÉ

Sumário

Introdução 4

*Fundamentos que embasam a gestão democrática/humanizada na
educação inclusiva* 6

***POR UMA GESTÃO HUMANIZADA PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA: algumas
considerações para os gestores*** 10

1. Acessibilidade escolar (arquitetônica) 11

2. Transporte 12

3. Informação e comunicação 13

4. Atendimento Educacional Especializado 13

***OUTRAS AÇÕES INDISPENSÁVEIS À PROMOÇÃO DE UMA GESTÃO
DEMOCRÁTICA/HUMANIZADA*** 14

O que pode ser feito? 16

1ª AÇÃO 16

2ª AÇÃO 17

3ª AÇÃO 18

4ª AÇÃO 19

5ª AÇÃO 20

Sugestões de atividades para cada tipo de deficiência 21

TRANSTORNO NO ESPECTRO AUTISTA 21

DEFICIÊNCIA FÍSICA 23

DEFICIÊNCIA INTELECTUAL 24

DEFICIÊNCIA MÚLTIPLA 26

DEFICIÊNCIA VISUAL 27

SURDEZ 29

ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO 30

CONSIDERAÇÕES FINAIS 31

REFERÊNCIAS 33

Introdução

As pessoas com necessidades especiais passam por constantes desafios, enfrentando problemas de acesso nas vias públicas e nas escolas, decorrentes de diversos fatores, tais como, a falta de estrutura física apropriada, professores sem formação adequada para atendê-las, preconceitos em diversas instâncias, dentre outros aspectos que denotam a falta de consciência da sociedade em geral.

Portanto, algumas medidas devem e podem ser tomadas para que a inclusão ocorra de forma adequada e esses sujeitos possam galgar espaços sociais em uma linha de ascendência que permitirão melhor qualidade de vida e tornarão a sociedade mais justa e igualitária.

A educação especial inclusiva merece destaque e atenção quanto à forma como os gestores conduzem as ações no cotidiano escolar, desde o planejamento de conteúdos até a efetivação das atividades curriculares previstas na formação dos alunos. Por isso, propor estratégias, atividades, metodologias e recursos que facilitem o processo de aprendizagem das crianças pode promover a inclusão com uma visão democrática e humanizadora.

Nesse sentido, este Guia de Orientações para o Atendimento da Criança com Deficiência, resultado de uma pesquisa do Mestrado Profissional do Centro Universitário Vale do Cricaré, realizada com os gestores de uma escola do município de Barra de São Francisco-ES, surge como possibilidade de fornecer algumas ações, medidas e atividades para o atendimento de alunos com deficiência.

Nosso intuito é contribuir com gestores e educadores no sentido de orientar o atendimento de alunos com NEE na prática cotidiana das instituições escolares municipais, ou em outros âmbitos, trazendo ideias de ações e atividades que viabilizem a inclusão dos educandos, baseada em um modelo de gestão democrática humanizadora.

Além dos gestores, este guia se destina a todos os profissionais que atuam nas instituições escolares, de diversos níveis, desde o ensino fundamental ao ensino superior. Portanto, se você teve acesso a ele procure identificar os materiais apresentados em cada atividade, considerando que tais recursos e/ou atividades podem sofrer adaptações que melhor se adequem a realidade presente em seu contexto.

Fundamentos que embasam a gestão democrática/humanizada na educação inclusiva

Uma das prerrogativas da gestão humanizadora se refere ao caráter democrático, o qual requer a maior participação possível dos envolvidos nos processos escolares. Nesse sentido, faz-se relevante tecer considerações sobre a participação da comunidade escolar. Sendo assim, este subtítulo apresenta um breve estudo acerca dos princípios que norteiam a gestão escolar quando esta se caracteriza como democrática, bem como, uma análise sobre sua integração com a comunidade considerando alguns aspectos escolares e extraescolares. Possui uma abordagem crítico-reflexivo que visa incentivar e proporcionar suporte às discussões sobre o tema explicitado.

Para tanto, a gestão escolar não deve ser vista somente como um conjunto de práticas burocráticas a serem exercidas pela escola, mas sim, precisa estimular e propor meios de promoção do fazer democrático e humanizado, que, em última instância, poderá proporcionar o desenvolvimento da cidadania dos sujeitos, no sentido se tornarem autônomos, críticos da realidade e possam se emancipar e se mobilizar para a conquista de melhores condições de vida.

Mediante ao exposto, a escola não pode e não deve fechar-se em seus muros, desprezando ou ignorando a realidade na qual se insere. Assim, deve procurar interagir com a comunidade e avaliar continuamente a influência constante que essa interação exerce no processo de ensino-aprendizagem. A sociedade vem se transformando em ritmo cada vez mais acelerado, logo as instituições de educação não podem manter-se distantes do meio social, que muda dia a dia. Essa proximidade favorece o êxito da educação, se for esse for objetivo a ser alcançado.

Na atualidade, não há como a escola subsistir isolada em suas atribuições, pois os fatores externos circunscritos a ela devem ser considerados. Portanto, é imprescindível que a comunidade local esteja conectada ao ambiente

escolar, pois essa interação tende a promover melhoria na qualidade educacional e a facilitar as ações. Nessa perspectiva, a gestão assume seu caráter democrático e, por conseguinte, se torna mais humanizada.

Nesse sentido, a gestão deve primar para promover atividades de caráter participativo, ou seja, deve ser aberta para envolver a todos, independentemente, se estão inseridos ou não no quadro de funcionários da escola. Portanto, cria mecanismos práticos para discutir as questões pedagógicas ou administrativas em estreita relação com os familiares e outros agentes da comunidade.

Uma escola inclusiva deve se pautar na gestão democrática, uma vez que o mundo contemporâneo requer uma educação que “[...] prepara os indivíduos para a democracia” (RODRIGUES, 2003, p. 60). Essa perspectiva pressupõe um modelo de gestão humanizadora, que busca ações e estimula nos alunos e docentes, o exercício da democracia, no sentido de tornar participativa os processos de tomadas de decisões, sempre escutando ativamente o coletivo, inclusive nos momentos que envolvem a construção do projeto político-pedagógico (PPP), Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), a atuação no conselho escolar e na busca de melhoramento do espaço escolar, tanto físico, como institucional.

Nesse contexto, a escola democrática se torna

O lugar de pessoas e de relações, é também um lugar de representações sociais; como instituição social ela tem contribuído tanto para a manutenção como para a transformação social. Em uma visão transformadora ela tem papel essencialmente crítico e criativo (GADOTTI, 2007. p. 11).

Um dos fatores que mais contribuem para que haja um ambiente escolar não democrático é a atuação da gestão que, quando age de forma autoritária, coloca as ações escolares sujeitas à vontade própria. Esse modo de atuar impossibilita uma participação mais ampla e como consequência, a escola tornar-se reprodutora da vontade e da ideologia da gestão, que menospreza as opiniões e ignora as possíveis contribuições dos demais agentes. Tal situação favorece o risco de haver um ambiente de trabalho desagradável que desembocará em consequências negativas tanto em sala de aula, como fora dela.

Com base no que está posto, em um modelo de organização autoritária, é comum o confronto entre liderança e liderados, fatos que tendem a criar um clima desfavorável para o desenvolvimento do trabalho em equipe, o que frequentemente resulta em conflito. Em nível de escola, são exemplos, os atos administrativos que resultam na expulsão de alunos, demissão de professores, proibição da presença de pais em reuniões, dentre outras situações que abalam emocionalmente os sujeitos e toda a estrutura escolar.

Por outro lado, quando o processo de gestão se concretiza com atividades pautadas nas decisões compartilhadas, com tônica democrática, as instituições de ensino tendem a ser mais bem sucedidas e a sociedade mais justa, posto que sociedade e educação estão dialeticamente constituídas. Nesse sentido, promover a democratização da gestão escolar significa estabelecer novas relações entre a escola e o contexto social no qual está inserida. Por isso, repensar a teoria e a prática da gestão educacional no sentido de eliminar os controles formais e incentivar a autonomia das unidades da educação constitui-se em instrumentos de construção de uma nova cidadania. Assim, a democratização institucional torna-se um caminho para que a prática pedagógica se torne efetivamente prática social e possa contribuir para o fortalecimento do processo democrático mais amplo (GARBIN; ALMEIDA, 2007, p. 3).

A partir do momento em que a gestão educacional se mostra mais aberta ao diálogo, favorece os debates internos e a partilha das decisões, os personagens que a configuram tornam-se mais comprometidos com o fazer pedagógico. Isso gerará uma maior preocupação com o meio externo da unidade escolar, garantindo que a comunidade tenha vez e voz nas ações realizadas durante o desenvolvimento das atividades educacionais.

O ambiente de ensino que não segrega as crianças com deficiência e a visão do desenvolvimento humano impulsionado pelo ambiente social é defendida por Vigotski (2003). Para o autor, “[...] do ponto de vista psicológico, é sumamente importante não isolar essas crianças em grupos fechados especiais, mas exercitar o mais amplamente possível sua comunicação com os demais” (VIGOTSKI, 2003, p. 39).

O autor aponta os aspectos práticos da organização escolar e pedagógica como uma das maiores dificuldades, considera ainda, a integração como uma prática benéfica mesmo para crianças com comprometimentos mais graves. Sobretudo, alerta que ajustes ambientais não converterão qualquer comportamento anormal em normal, mas é a atitude mais pertinente em face dos conhecimentos disponíveis sobre essas patologias.

Por conseguinte, o fenômeno da construção social da deficiência explica também a não deficiência. A cultura escolar traduz nos valores zelados em cada escola, a respeito da deficiência, com uma importante influência, na forma como esses alunos serão percebidos e tratados pelos diversos atores que a constituem.

POR UMA GESTÃO HUMANIZADA PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA: algumas considerações para os gestores

Com o objetivo de facilitar e viabilizar a inclusão escolar, esse guia reúne informações e sugestões de caminhos a serem percorridos pela equipe gestora para que a inclusão seja implantada e desenvolvida nas escolas.

Incluir, segundo o Dicionário Online de Português, significa passar a pertencer a um grupo, tornar parte de uma classe de pessoas, portanto, incluir um aluno com necessidade especial seria fazer com que ele pertencesse ao grupo escolar. Assim, ele fará parte como um aluno que possui o direito à educação de qualidade e equidade, levando em consideração o respeito às suas particularidades, conforme aborda a Lei Brasileira de Diretrizes e Bases- LDB, no Capítulo V, parágrafo único, além de “colocá-lo a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação”.

Nesse caminho, o gestor precisa estar disposto a romper barreiras com seus próprios preconceitos, se refazendo enquanto humano e gestor para que ele mesmo não seja um empecilho para a Educação Inclusiva. Como também, compreender as necessidades e limitações alheias, considerando que aquele aluno é uma pessoa que possuem direitos como todos os outros.

(...) o conceito de gestão está associado ao fortalecimento da democratização do processo pedagógico, à participação responsável de todos nas decisões necessárias e na sua efetivação mediante um compromisso coletivo com resultados educacionais cada vez mais efetivos e significativos (LÜCK, 2001, 37).

Ao compreender seu papel enquanto gestor que precisa viabilizar a inclusão, e enquanto ser humano, que precisa respeitar os direitos alheios, ele dá início a esse processo na escola oferecendo “uma medida estruturante para a consolidação de um sistema educacional inclusivo” (BRASIL, 2013 p. 03,), como cita o Programa Escola Acessível, do Ministério da educação sobre o qual passamos a narrar. Esse programa orienta os gestores no sentido de implementar as ações que deverão prover a escola de uma estrutura física adequada.

PROGRAMA ESCOLA ACESSÍVEL: orientações para estruturar a escola

O Programa Escola Acessível tem o objetivo de promover condições de acessibilidade ao ambiente físico, aos recursos didáticos e pedagógicos e à comunicação e informação nas escolas públicas de ensino regular.

AÇÕES:

O Programa disponibiliza recursos, por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE, às escolas contempladas pelo Programa Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais. No âmbito deste programa são financiáveis as seguintes ações:

- Adequação arquitetônica conforme editada pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT): rampas, sanitários, vias de acesso, instalação de corrimão e de sinalização visual, tátil e sonora; mobiliários, espaços para serem acessíveis tais como: medidas, distâncias necessárias, proteção contra queda, altura correta, entre outros.
- Aquisição de cadeiras de rodas, recursos de tecnologia assistiva, bebedouros e mobiliários acessíveis;

A seguir apresentamos alguns aspectos do referido programa quanto à acessibilidade escolar, transporte, informação e comunicação e sobre o atendimento educacional especializado (AEE):

1. Acessibilidade escolar (arquitetônica)

Iniciando pela acessibilidade, o gestor precisa assegurar que a escola seja acessível, de forma arquitetônica, a todos, conforme o Decreto nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004, no artigo 24, ao afirmar que:

“Os estabelecimentos de ensino de qualquer nível, etapa ou modalidade, públicos ou privados, proporcionarão condições de acesso e utilização de todos os seus ambientes ou compartimentos para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, inclusive salas de aula, bibliotecas, auditórios, ginásios e instalações desportivas, laboratórios, áreas de lazer e sanitários”.

Dessa forma, o gestor fará um levantamento arquitetônico de todo o ambiente escolar junto ao responsável sobre as limitações de acessibilidade do local observando a existência de corrimãos, equipamentos e espaços sanitários compatíveis para cadeirantes ou pessoas que precisam de auxílio, como: portões, rampas, corredores, placas sensoriais de identificação, entre outros. Executadas essas ações, é necessário conferir se o mobiliário e bebedouros atendem a todos as pessoas.

A Norma Técnica da Associação Brasileira de Normas Técnicas- ABNT- NBR-9050/2004, que trata da acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos, define que “acessibilidade é a possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para a utilização com segurança e autonomia de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e elementos”. Logo, partindo dessa premissa, uma escola inclusiva precisa oferecer espaços físicos que possam ser frequentados por todos, extinguindo barreiras.

Para assegurar a efetivação da acessibilidade, O artigo 9º da CDPD, que trata especificamente dela, afirma que:

A fim de possibilitar às pessoas com deficiência viver de forma independente e participar plenamente de todos os aspectos da vida, os Estados Partes tomarão as medidas apropriadas para assegurar às pessoas com deficiência o acesso, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, ao meio físico, ao transporte, à informação e comunicação, inclusive aos sistemas e aos recursos de tecnologia da informação e comunicação, bem como a outros serviços e instalações abertos ao público ou de uso público, tanto na zona urbana como na rural.

Sendo assim, o diretor deverá solicitar verba específica para acessibilidade de acordo com os critérios municipais e estaduais, direcionando- a para este fim e fazendo a devida prestação de contas.

2. Transporte

Para o transporte dos alunos inclusos, a Secretaria Municipal de Educação possui suas normas, respeitando a hierarquia federal e estadual. Por isso, cabe à equipe gestora informar a relação de alunos que necessitam desse serviço,

especificando se há necessidade de adaptação física e acompanhante para que o aluno possa frequentar tanto a aulas quanto o Atendimento Educacional Especializado, quando for o caso.

3. Informação e comunicação

De acordo com o Programa Escola Acessível é importante que o direcionamento, informação e comunicação ocorram de forma aumentativa e alternativa para pessoas cegas, por exemplo. Deve primar pela igualdade de informações e preservando os detalhes da comunicação. É inegável que a forma como ocorre à comunicação atenda as especificidades educacionais dos estudantes com NEE, de modo a favorecer sua independência e autonomia nas atividades escolares.

4. Atendimento Educacional Especializado

Fundamentada Nos princípios de igualdade de condições de acesso, o Atendimento Educacional Especializado deve disponibilizar recursos e serviços que complementem os trabalhos realizados com o estudante com necessidades, garantindo acessibilidade em equipamentos, transporte, na comunicação e informação, nas práticas e planejamentos pedagógicos. O atendimento deve estar relacionando com a promoção de ações que se interligam com o plano de trabalho escolar e que atende as especificidades de todos os alunos.

- Use ferramentas que auxiliem sua prática e aprimore sua gestão com metodologias possíveis e viáveis de serem aplicadas, tendo por base, o que o aluno traz consigo, suas individualidades e suas necessidades, como por exemplo um aluno novato, este precisa de estratégias de socialização. Dessa forma, a gestão pode promover uma roda de conversa, um piquenique, um jogo de montagem, entre outros, para estimular o contato com os outros colegas e para que eles se conheçam.
- Envolver todos os personagens que compõem a comunidade escolar (gestores, colaboradores, família, alunos e outros agentes comunitários), pois assim permitirá a participação e o envolvimento de todo o grupo nas decisões importantes da instituição de ensino, como decisões acerca das pautas e acessibilidade do aluno público alvo da educação especial;
- Melhore seus processos educacionais de forma contínua adequando à realidade e respeitando as particularidades dos alunos, como com atividades de socialização e atividades extraclasse;

A seguir apresentamos como sugestões um elenco de ações que facilitarão as escolhas dos gestores no sentido de realizar a gestão democrática e humanizada. Embora estejam numeradas como primeira, segunda etc, não precisam seguir essa lógica cronológica para sua implementação. Os gestores podem definir, a depender dos recursos que possuem em sua realidade concreta, quais ações podem desenvolver primeiro. Muito bom, porém, é colocar um plano para a comunidade discutir, lembrando que os alunos também precisam ser ouvidos.

O que pode ser feito?

1ª AÇÃO

Realizar uma escuta sensível baseado na Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Como realizar?

Para que seja realizada uma escuta sensível do aluno com necessidades especial e esteja de acordo com o que é exposto na BNCC é preciso adotar uma prática democrática humanizadora que dá voz ativa dentro de sala

e em todo o espaço escolar. Por isso, as ações que os professores realizarem dentro de sala ou no espaço deve também ir ao encontro com as opiniões e realidade dos discentes, como expor votações acerca das atividades objetivadas.



2ª AÇÃO

Conhecer o aluno e sua situação sócio-histórica.

Como realizar?

Quando se conhece a realidade do aluno e a situação sócio-histórica em que ele está inserido consegue-se dispor situações que minimizam as diferenciações e tratamento. Para isso pode ser realizado rodas de conversas,



debates para fazer a integração do aluno à escola permitindo seu direito de voz e sociabilização.

3ª AÇÃO

Realizar reuniões e formações com a participação família (troca de experiências) – escola, família, aluno, professor, diretor, secretaria de educação.

Como realizar?

Ao relacionar a família com toda a equipe escolar, consegue-se criar uma ligação e interação que propicia uma comunicação ativa e participativa na tomada de decisões,



bem como, promove a articulação intersetorial na implementação das políticas públicas educacionais. É importante também criar ações em que a família e a sociedade façam parte das atividades que são desenvolvidas e aplicadas na escola, a fim de criar laços de aproximação e interação com todo o grupo escolar.

É sabido afirmar que a família possui direitos e deveres que precisam ser respeitados, como: atualizar os laudos médicos; não deixar de realizar as consultas com os alunos que estão em tratamento; não deixar de dar os remédios; observar se a medicação está tendo resultado e desenvolver em casa as orientações dos profissionais que cuidam do seu filho.

4ª AÇÃO

Trabalhar com a sociedade civil organizada – família, comunidade órgãos (promotoria, cras, creas, assistência social, saúde, conselho municipal de educação, conselho tutelar, conselho de direito da criança e do adolescente, instituições religiosas – criar parcerias, entre a sociedade civil organizada com a escola.

Como realizar?

É por meio deste tratamento que se consegue fortalecer a acolhida das crianças por meio de um tratamento mais humanizado e dentro da realidade de cada um. Por isso é importante realizar uma escuta



sensível, conhecer a situação sócio-histórica do aluno, familiar como ele vive, quem ele é, o que aconteceu com ele, sua história. Conhecer a família e dar afetividade para que ele possa se sentir amado e familiarizado com a escola. A escola deve ir além do trabalho pedagógico e sim um trabalho humano.

5ª AÇÃO

Proporcionar um ambiente escolar acessível

Como realizar?

Com um ambiente adequado e acessível os alunos conseguirão se relacionar uns com os outros de forma inclusiva e participativa. Para que isso ocorra podem ser realizadas algumas

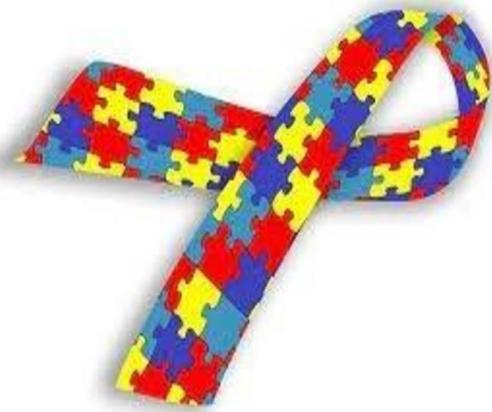


modificações como: disponibilizar mesas adequadas boa iluminação, boa ventilação cruzada, materiais pedagógicos que atendem as necessidades e particularidades dos alunos, um lugar que seja aconchegante, um ambiente educador e com disposição de informações, para que os alunos possam se integrar ativamente no ambiente escolar e se sentir incluído.

É importante também que seja promovido o acesso à participação e à interação nas atividades escolares nos diversos níveis de ensino. A educação deve ser promovida visando o pleno desenvolvimento da pessoa e seu preparo para a cidadania, o que pressupõe a convivência na diversidade. Por essa razão, pode ser proposto gincanas, teatro, dança, musicalização, debates, entre outros.

Na sequência apresentamos algumas sugestões de atividades para cada tipo de deficiência previsto na legislação.

Sugestões de atividades para cada tipo de deficiência



**TRANSTORNO NO ESPECTRO
AUTISTA**

O que é?

O Transtorno espectro autista (TEA) são caracterizados em suma, por distúrbios do neurodesenvolvimento. Os sujeitos acometidos por esse transtorno são caracterizados pela deficiência na interação e comunicação social, possuem um desenvolvimento intelectual irregular e um retardo mental.

O que pode ser realizado?

Sugerem-se alguns links de sites que disponibilizam atividades artísticas e culturais, que podem ser desenvolvidas nas instituições de ensino com intuito promover a comunicação e a interação dos alunos.

Os vídeos apresentam atividades que incentivam à participação por meio de dinâmicas, ludicidade, com uma linguagem receptiva e com

estímulos graduais. Utiliza também, aspectos visuais para desenvolver a comunicação e a interação.

<https://youtu.be/ukfQqjC6igw>

<https://artsandculture.google.com/partner?hl=pt>

<https://artsandculture.google.com/partner/masp>

Músicas, brincadeiras e

literatura <https://www.youtube.com/user/palavracantadatube/videos>

<https://www.youtube.com/user/biabedran/videos>

<http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/legis/covid19>

[/dicas_de_brincadeiras_covid19](#)

<http://turmadamonica.uol.com.br/home/>

DEFICIÊNCIA FÍSICA



O que é?

São limitações do funcionamento físico-motor do ser humano, são "diferentes condições motoras que acometem as pessoas comprometendo a mobilidade, a coordenação

motora geral e da fala, em consequência de lesões neurológicas, neuromusculares, ortopédicas, ou más formações congênitas ou adquiridas" (MEC, 2006).

O que pode ser realizado?

As atividades listadas visam contribuir para minimizar as limitações dos alunos com deficiência física com condições motoras de Trata-se de exemplos de exercícios que podem auxiliar no desenvolvimento desses alunos.

- Jogos de encaixe;
- Jogos de arremessar;
- Pegar objetos;
- Boliche adaptado;
- Tiro ao alvo;
- Dominó temático;

DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

O que é?

A deficiência intelectual é caracterizada por limitações nas habilidades mentais gerais.



Segundo a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, estabelecida pela Organização das Nações Unidas (ONU, 2006), “[...] pessoas com deficiência

são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas”.

O que pode ser realizado?

As atividades a seguir contribuem para minimizar as limitações dos alunos com deficiência intelectual em sua natureza física, mental, intelectual ou sensorial.

Dessa forma, objetivam desenvolver e estimular o desenvolvimento com atividades compartilhadas, em que os colegas com deficiência intelectual se auxiliam mutuamente. Ocorrem por meio de recortes de figuras de revistas, assistindo e discutindo os temas dos vídeos, com leituras e/ou com jogos de quebra cabeça, de imitação, dentre outros.

- Estimular o pensamento e a linguagem por meio de vídeos que fazem esse estímulo;
- Conversas sobre o cotidiano e os acontecimentos recorrentes;
- Leitura de histórias;
- Recortes de revistas;
- Utilização de quebra-cabeças e jogo da velha;
- Jogos de imitações, com tintas, massinha, lápis de colorir, carimbos entre outros.

Link para ter acesso ao passo a passo da confecção desses jogos supracitados: <http://dminperfeitas.blogspot.com/2013/07/>

DEFICIÊNCIA MÚLTIPLA



O que é?

A deficiência múltipla é caracterizada por duas ou mais deficiências simultaneamente.

As deficiências podem ser intelectuais, físicas ou mais de uma combinada.

O que pode ser realizado?

Os jogos descritos anteriormente, somam-se a esses:

- Jogos de raciocínio, para estimular o desenvolvimento intelectual;
- Aulas de artesanato, pois auxiliam no desenvolvimento intelectual, bem como, no desenvolvimento físico;
- FILME CORDAS - UMA HISTÓRIA DE AMOR E INCLUSÃO:
<https://youtu.be/zs0TJFWAXGA> - auxilia no desenvolvimento intelectual dos alunos;

DEFICIÊNCIA VISUAL



O que é?

Pode ser disposto pela limitação ou perda das funções básicas do olho e de todo sistema visual.

O que pode ser realizado?

Reconhecimento do outro: Use toques e voz suaves ao se comunicar com a criança que tem deficiência visual, aproximando sua face do rosto dele para que ela possa percebê-lo e tocá-lo.

Conhecendo o próprio corpo: Auxilie a criança a conhecer o próprio corpo com toques enquanto nomeia cada parte tocada.

Descobrimo os sonhos: Incentive que a criança siga em direção ao som de brinquedos ou da sua voz. É interessante ter brinquedos que emitam sons, como chocalhos, bolas e pelúcias com guizos.

Investindo na sociabilidade: Brinque com a criança com deficiência visual e incentive que outras pessoas também brinquem e interajam com ela. Assim, ela se tornará mais sociável e receptiva, facilitando os relacionamentos interpessoais.

Imitando sons: Imita os sons que seu bebê faz e crie estímulos para que ele possa imitá-lo. Isso auxiliará na comunicação.

Jogo de orientação: Dê objetos à criança nomeando-os e relacionando às possíveis ações que poderão ser feitas com este item. Exemplo: “A bola. Pegue a bola. Chute a bola. Jogue a bola para cima”.

Conhecendo texturas e formatos: Procure usar brinquedos contrastantes, coloridos, luminosos, de diversas texturas e tamanhos.

Explorando a curiosidade tátil: Propiciar momentos em que a criança manipule e crie espontaneamente jogos a partir da exploração de objetos concretos.

Brincadeiras com miniatura de objetos: Elas possibilitam que a criança tenha uma melhor compreensão de objetos muito grandes ou impossíveis de serem alcançados (casinha com telhado, elefante, caminhão, avião, fogão, geladeira, entre outros).

Brincando com as mãos: Vale incentivar brincadeiras infantis com o uso das mãos, como dedo mindinho, seu vizinho; passa anel.

Jogos com bola: Se não for possível ter uma bola com guizo, envolva a bola com saco plástico, assim ela fará barulho enquanto se desloca.

Salte para o alto: Com a criança agachada, segure em suas mãos e peça para ela se levantar “bem forte e bem alto”, ajudando com um leve “puxão” para cima.

Disponível em: <https://lunetas.com.br/13-dicas-para-brincar-com-criancas-com-deficiencia-visual/>

SURDEZ



O que é?

Quem é impossibilitado e tem dificuldade de ouvir recebe nome de surdez.

Consideramos pessoa surda aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais - Libras (BRASIL, 2005).

O que pode ser realizado?

- Gravar vídeos curtos de até 2 minutos, feitos pelas próprias crianças, jovens e adultos surdos/as, recontando histórias, poesias ou notícias na língua de sinais. Os vídeos podem, quando possível, ser compartilhados entre os colegas.
- Permitir o uso das redes sociais, quando possível, para interagir com os colegas e com os professores.

ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO



O que é?

Recebem esse nome os alunos que apresentavam um notável desempenho e/ou elevada potencialidade em qualquer área de conhecimento.

O que pode ser realizado?

- Capacidade para pensar com palavras; usar a linguagem para expressar e avaliar significados complexos quer oralmente (como o faz o contador de histórias, o orador ou o político), quer por escrito (como o poeta, o dramaturgo, o editor e o jornalista).
- Crianças/ estudantes com interesse nessa área adoram ler, escrever, contar histórias, fazer jogos de palavras.
- Precisam de livros, fitas, materiais para escrever, papéis, diários, diálogos, discussões, debates, histórias e outras leituras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao se falar em gestão escolar e educação especial inclusiva é possível observar que são questões que vêm sendo discutidas na atualidade, sinalizando a necessidade de propostas na gestão que ultrapassem a ideia de apenas inserir os alunos com deficiências no ambiente escolar, mas que se faça um acolhimento que prime pela afetividade e a empatia. Essas condutas favorecem a acessibilidade e tendem a promover situações favoráveis ao seu aprendizado.

Muitos professores possuem domínio do conhecimento teórico, buscam se atualizar em formações continuadas, mas se não forem sensíveis às causas e às necessidades básicas dos alunos com deficiência, o trabalho pode se tornar ineficaz e toda a energia despendida será em vão.

Com base nisso, na prática laboral, tem-se percebido que uma gestão que estimule a participação e dê voz à comunidade escolar, priorize ações democráticas, que é sensível às necessidades dos educandos e suas famílias, possibilita a inclusão significativa. Quando o gestor apresenta uma postura gestora, alinhada ao caráter participativo, cria possibilidades de formar um ambiente em que os alunos com deficiência, consigam perceber que fazem parte desse ambiente e se sintam participantes ativos no processo educacional.

Essa postura estimula uma melhor acolhida por parte de toda a comunidade escolar e facilita ao educando apreender os conhecimentos sistematizados em interação com os colegas de um modo de gerir que propicia o avanço do desenvolvimento integral, que abrange aspectos cognitivos, emocionais e sociais na aprendizagem. É importante fazer com que esses sujeitos se sintam bem para avançar em suas potencialidades.

Entende-se que a gestão escolar humanizada requer alguns atributos e ações caracterizados por determinados fatores ou modos de operar no exercício de sua função. Dentre os quais, elenca-se: a) visão democrática do processo educativo que atinja todos os atores da comunidade, a fim de que os alunos com necessidades especiais tenham senso de pertencimento e possam se

sentir protagonistas no processo educacional; b) Planejamento coletivo e adequado ao aluno; c) práticas docentes que busquem a criação de caminhos alternativos de aprendizagem; d) promoção da inventividade.

Por essa razão, destaca-se a importância de considerar a inclusão como um meio que combate a exclusão, bem como, a possibilidade de enxergar o aluno que não consegue acompanhar a turma e passa por situações de bullying em relação à cor, ao gênero, a raça, a situação sócio-histórica, financeira e ao credo.

Assim sendo, um dos meios de intervenção que se faz necessário é conhecer seu aluno, sua história de vida, sua cultura, situação sócio-histórica, fazer uma escuta sensível e praticar uma educação humanizada. Para isso, devem-se utilizar materiais didáticos pedagógicos, adaptados às necessidades do aluno público-alvo da educação especial, tais como, envolver os micropolíticas existentes na escola que envolvem a participação de professores, família e o aluno.

Para que a inclusão realmente se concretize na realidade da escola e tenha desdobramentos efetivos na sociedade, é importante que o atendimento seja de qualidade e sejam respeitadas as particularidades objetivas e subjetivas dos alunos. Nesse sentido, é importante também se considerar as vivências sociais, culturais da comunidade e principalmente, reconhecer as tensões provocadas pelas divergências políticas nacionais, estaduais, municipais e as intrínsecas ao ambiente escolar.

Dessa forma, esperamos que esse guia possa contribuir para o êxito dos gestores, no sentido de promover uma gestão democrática e humanizada que, certamente, trará bons resultados para a qualidade de aprendizagem dos alunos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. A inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais- DEFICIÊNCIA FÍSICA. Brasília – DF:2005.

BRASIL, Presidência da República. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo. Diário Oficial da União, Brasília, nº163, 26 de agosto de 2009. Seção 01.p.3.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. LDB 9.394**, de 20 de dezembro de 1996.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050: acessibilidade e edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.** 2 ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2004.

GADOTTI, Moacir. **A escola e o professor: Paulo Freire e a paixão de ensinar.** 1 ed. São Paulo: Publisher, 2007.

GARBIN, Tereza; ALMEIDA, Janaina. **Gestão escolar democrática: limites e possibilidades – uma discussão sempre necessária.** Paraná, 2007. Disponível em: http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/producoes_pde/artigo_tereza_garbin.pdf. Acesso em: 20 mai 2021.

Incluir In.: **Dicio**, Dicionário Online de Português. Porto: 7 Graus, 2020. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/incluir/>. Acesso em: 21 de abril, 2021.

LÜCK, Heloísa. A Evolução da Gestão Educacional, a partir de Mudança Paradigmática. **Gestão em Rede**, nº 03, 2001. Disponível em http://cedhap.com.br/wpcontent/uploads/2013/09/ge_GestaoEscolar_02.pdf?iframe=yes&iframe=true#:~:text=O%20documento%20analisa%20quest%C3%B5es%20relacioas,pela%20transforma%C3%A7%C3%A3o%20das%20institui%C3%A7%C3%B5es%20educacionais. Acesso em: 26 mar. 2021.

RODRIGUES, Neidson. **Da mistificação da escola, à escola necessária.** 11 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

VIGOTSKI, L. S. **Fundamentos de defectologia.** Obras escolhidas. Vol. 5:Madrid: Visor, 2003.